



**PROCESSO N.º 2204/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2024**

**EDITAL Nº 96**

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Boituva, realizará licitação visando o REGISTRO DE PREÇOS, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2.979 de 18 de julho de 2024, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais legislação aplicável, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico
Apresentação de Proposta	Até 27/01/2025 às 09:00h (horário de Brasília)
Abertura da licitação	27/01/2025 às 09:05h (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço <input type="checkbox"/> Maior Desconto <input checked="" type="checkbox"/> Por item <input type="checkbox"/> Por lote <input type="checkbox"/> Global
Modo de Disputa	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto/Fechado <input type="checkbox"/> Fechado/Aberto
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	R\$ 0,01 <i>(incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta)</i>
Benefícios ME/EPP	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência <input type="checkbox"/> Não. Valor estimado superior (§1º art. 4º da Lei 14.133/2021)
Permitida a participação de consórcio	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Valor Estimado da Contratação	<b>R\$ 165.288,7818</b> <b>(cento e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos)</b>
Sistema Eletrônico	Licitar Digital <a href="https://licitar.digital/">https://licitar.digital/</a>
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	Licitar Digital <a href="https://licitar.digital/">https://licitar.digital/</a> <a href="https://www.boituva.sp.gov.br/licitacoes">https://www.boituva.sp.gov.br/licitacoes</a> <a href="https://www.gov.br/pncp/pt-br">https://www.gov.br/pncp/pt-br</a>
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Diretamente pela Plataforma Licitar Digital - <a href="http://www.licitardigital.com.br">www.licitardigital.com.br</a> - Edital PE 69/2024 - Esclarecimentos



## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS NO FORNECIMENTO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS E/OU PRODUTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE ODONTOLOGIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, de acordo com condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima e quando da licitação dividida em lotes, o licitante poderá participar em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote escolhido.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. As regras referentes a eventuais órgãos participantes, bem como a possibilidades de futuras adesões, se for o caso, constarão na minuta de Ata de Registro de Preços conforme Anexo II deste edital.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Licitar Digital, através de manifestação de operador formalmente designado.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Licitar Digital ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O licitante se compromete a:

3.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu



representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que porterceiros;

3.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

3.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

3.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “Licitar Digital”, utilizar o suporte técnico através do telefone (31) 3191-0707 ou através do e-mail [contato@licitardigital.com.br](mailto:contato@licitardigital.com.br).

3.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

3.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

3.10.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

3.10.4. reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



4.2. No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2.1 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.



4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

5.1.1. valor unitário e total do lote;

5.1.2. quantidade;

5.1.3. marca, fabricante.

5.1.4. Poderá ser juntado ainda pelo licitante catálogos, prospectos, manuais, etc, que comprovem que o produto ofertado atende as especificações do edital, sendo vedado, contudo a apresentação de documentos que identifique o licitante, sob pena de desclassificação da proposta.



5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a Súmula 10<sup>1</sup> do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contar da data de sua apresentação.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste





edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de





prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma



última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Os procedimentos indicados nos itens 6.18 a 6.18.4 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.4.3 deste Edital.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.19.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. No caso de licitação por lote, a contratação posterior de item específico que compõe o lote, será observada os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do



processo licitatório.

6.21. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos de habilitação conforme disposto no item 8.5.

6.21.1. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.21.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

7.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.



7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade, neste caso, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializadano objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



7.11.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.11.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no Anexo I deste edital.

8.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

8.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, juntamente com a proposta readequada conforme disposto no item 6.21.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

8.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.21.

8.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

8.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

8.9.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

8.9.3. O benefício de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.1333/2021 e item 4.4.3 deste Edital.

8.10. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer





tempo ser solicitado ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.

8.11. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. Juntamente com a Ata de Registro de Preços, a empresa deverá apresentar os Termos de Ciência e Notificação, conforme artigo 2º, inciso III, das Instruções nº 01/2020, acrescido pela Resolução nº 11/2021 e o comprovante de cadastro no CadTCESP nos termos da Resolução 21/2022 do TCE-SP.

9.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses legalmente admitidas.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

11.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

11.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

11.2.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



11.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.
- 12.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da



intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial [www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br) e na plataforma eletrônico do pregão.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentos de Habilitação

ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO III - Termo de Referência

Boituva, 09 de dezembro de 2024.

**Ana Paula Sampaio Moura**  
Secretária Municipal de Saúde





**PROCESSO N.º 2204/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2024**  
**ANEXO I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
  - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
  - c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
  - d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
  - e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
- a) Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.*

**2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, referente ao I.C.M.S;
- e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;



- f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

### **3. HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)**

- a) Certificado do INMETRO;
- b) Alvará da vigilância sanitária;
- c) Alvará de funcionamento da empresa emitido pela Anvisa;
- d) Declaração indicando assistência técnica no estado de São Paulo;
- e) Apresentar catálogo ou prospecto de todos os itens solicitados, no ato da sessão pública.

### **4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
  - b.1) Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial em vigor, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.

### **5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I – A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);



- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br).
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e



PREFEITURA DE  
**BOITUVA**  
CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
[www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br)  
[boituva@boituva.sp.gov.br](mailto:boituva@boituva.sp.gov.br)  
Tel: (15) 3363-8800

acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



**ANEXO I – A**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**PROCESSO N.º 2204/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2024**

, inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br)
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura



do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Local, xx de novembro de 2024

\_\_\_\_\_  
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)





**PROCESSO N.º 2204/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2024**  
**ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º.**

A \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 2204/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 2.979 de 18 de julho de 2024, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços no fornecimento de diversos tipos de materiais e/ou produtos odontológicos para atender as necessidades do setor de odontologia da Secretaria Municipal de Saúde., especificado no Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo



a esta Ata.

### **3. SUBCONTRATAÇÃO**

3.1. Não será permitida a subcontratação sem prévia comunicação à contratante.

### **4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde

4.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades pertencentes a esfera de governo do município de Boituva que não participaram do procedimento, poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos determinados no §2º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

5.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.3. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.5. As aquisições ou contratações adicionais deverão observar os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especificamente estabelecidos nos §3º e §4º do art. 86.

5.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio



instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Integram esta Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou que mantiveram sua proposta original.

6.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 5.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação



específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; O valor registrado poderá ser reajustado no caso de prorrogação da ata de registro respeitada a contagem da anualidade e a variação do IPCA acumulado no período de 12 meses a contar da proposta.

## **8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à



alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido



pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2 desta Ata; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das seguintes penalidades de:

10.2. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

10.5. Multa:

10.5.1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover o cancelamento da ata de registro por descumprimento ou cumprimento irregular de suas





cláusulas.

10.5.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro, no caso de inexecução total do objeto.

10.6. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

10.7. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.

10.11. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.12. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.13. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das



ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

, de de .

Identificação e Assinaturas:

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



**TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO / TRIBUNAL DE CONTAS**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA DE BOITUVA

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS NO FORNECIMENTO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS E/OU PRODUTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE ODONTOLOGIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*)\_**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

BOITUVA, xx DE xxxx DE 2024.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: -**

Nome: **EDSON JOSÉ MARCUSO**

Cargo: **PREFEITO**

CPF: **984.361.558-15**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: **EDSON JOSÉ MARCUSO**

Cargo: **PREFEITO**

CPF: **984.361.558-15**

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE**

Pelo contratante

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pelo contratante



# PREFEITURA DE **BOITUVA**

CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
[www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br)  
[boituva@boituva.sp.gov.br](mailto:boituva@boituva.sp.gov.br)  
Tel: (15) 3363-8800

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Advogado: (\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico



**TERMO DE GESTOR DA ATA  
CONTRATO LC Nº XX/XXXX**

Pela presente, em decorrência do contrato entabulado, cujo respectivo ato de ordenação da despesa foi expedido pela ..... , na qualidade Secretário De..... , gestor do contrato **LC N.º /2024** , que tem como contratada a empresa .....

Por oportuno, comunicamos que o f iscal do contrato será o **Sr XXXXX** , inscrita no **CPF sob nº XXXXX** .

Boituva, XX de XXXX de 2024.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



# PREFEITURA DE **BOITUVA**

CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
[www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br)  
[boituva@boituva.sp.gov.br](mailto:boituva@boituva.sp.gov.br)  
Tel: (15) 3363-8800

## DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA

**CNPJ Nº:** 46.634.499/0001-90

**CONTRATADA:**

**CNPJ:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):** LC. N.º

**DATA DA ASSINATURA:**

**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS NO FORNECIMENTO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS E/OU PRODUTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE ODONTOLOGIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**VALOR (R\$):** R\$

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Boituva, xx de xxxx de 2024.

**EDSON JOSÉ MARCUSO**  
**PREFEITO**





## DA PROTEÇÃO DE DADOS EM CONFORMIDADE À LEI 13.709/2018

A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/18, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta.

1. Para os fins do Contrato considera-se

- a) Dado Pessoal:** informação relacionada à pessoa física que a identifique ou torne possível sua identificação;
- b) Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- c) Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- d) Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

2. Para execução do objeto contratual, a **CONTRATADA** poderá acessar ou tratar de um modo geral, ativos de informação contendo Dados Pessoais. Considerando-se que ambas as partes se comprometem em enviar esforços para que os Dados Pessoais sejam tratados com segurança, dentro da necessidade, limite e adequação, a **CONTRATADA** por si, seus administradores, sócios, funcionários e terceiros, compromete-se a:

- a)** Estar em conformidade com a legislação sobre privacidade e proteção de dados vigente, em particular a Lei Federal n. 13.709/2018 ("LGPD");
- b)** Possuir um programa de governança em privacidade e proteção de dados pessoais, bem adotar controles técnicos, administrativos e físicos para proteger quaisquer Dados Pessoais que a **CONTRATADA** possa ter acesso contra a perda, danos, alteração, destruição, uso não autorizado, ilícito ou inadequado, acesso ou divulgação e definir outras obrigações nos termos da legislação aplicável;
- c)** Instituir políticas e procedimentos que fomentem as boas práticas na organização, juntamente com orientações e constante comunicação sobre a segurança da informação.
- d)** Garantir a realização efetiva do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.
- e)** Cumprir e fazer cumprir as suas políticas e normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais internas adotadas pela **CONTRATADA**, aplicáveis ao objeto do contrato;
- f)** Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.
- g)** Garantir aos titulares de dados ou outros agentes de tratamento de Dados Pessoais transparência acerca das condições do Tratamento dos dados realizado, bem como realizá-lo para finalidades legítimas, adequadas, necessárias, garantindo a deleção dos dados ao término do tratamento, conforme procedimento interno da **CONTRATADA**, ora denominado "Procedimento de Solicitação de Acesso de Dados";
- h)** Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.
- i)** Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os



utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

j) Manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais, incluindo-se o compartilhamento desses Dados com a **CONTRATANTE** ou para eventuais terceiros;

k) Reter os Dados Pessoais somente pelo prazo necessário e enquanto forem necessários para alguma finalidade, propósito legítimo e justificado;

l) Possuir um plano de resposta a incidentes de segurança de informação e/ou dados pessoais por escrito e em operação, conforme procedimento interno ("Procedimento de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação")

m) Cooperar totalmente com a **CONTRATANTE** na investigação de eventuais incidentes envolvendo Dados Pessoais, inclusive mediante a prestação de contas acerca das medidas adotadas para prevenir e remediar o Incidente ocorrido, conforme procedimento interno;

n) Nomear e manter um Encarregado de Proteção de Dados Pessoais;

2.2. A subcontratação de terceiros que possa importar na delegação do tratamento de dados pessoais pela **CONTRATADA** ou o compartilhamento de dados pessoais e informações tratadas na execução do contrato por parte dos terceiros, fornecedores ou parceiros serão comunicados ao **CONTRATANTE**;

2.3. A **CONTRATADA**, salvo proibição legal, notificará a **CONTRATANTE** acerca do recebimento de quaisquer solicitações, reclamações ou consultas de um titular ou autoridade administrativa ou legal com relação aos dados pessoais tratados pela **CONTRATADA** relativos à execução deste Contrato, inclusive solicitações de exclusão, acesso e/ou retificação e alegações de que o Tratamento viola direitos de um titular nos termos da legislação aplicável.

2.4. A **CONTRATADA** conforme procedimentos internos, ora denominado "Notificação de Violação de Dados Pessoais", irá notificar a **CONTRATANTE** acerca de toda e qualquer suspeita ou violação de segurança de dados e, nesses casos, auxiliará e cooperará com relação a:

a) Qualquer investigação que a **CONTRATADA** possa requerer razoavelmente com relação à violação de segurança de dados;

b) Qualquer divulgação às partes afetadas com relação à violação de segurança de dados; e

c) Outras medidas corretivas que a **CONTRATADA** possa solicitar razoavelmente;

11.2.1. A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados.

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

4.1.1. Após uma eventual violação de segurança de dados, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** seu plano e procedimentos internos, para mitigar os riscos e a probabilidade de uma recorrência da violação ocorrida.

4.1.2. A **CONTRATADA** obriga-se e garante que seus funcionários, administradores, terceiros e prepostos tratem confidencialmente todos os documentos, dados pessoais e informações que lhe forem fornecidos em virtude dos serviços ora contratados, abstendo-se de divulgá-las, utilizá-las ou reproduzi-las, integral ou parcialmente, para fins diversos do estipulado no presente Contrato.

4.1.2. A presente obrigação também se estende aos documentos, dados e informações geradas e produzidas em razão deste Contrato, tais como, mas não se limitando a informações, verbais ou por escrito, de negócio, financeiras, análises, laudos, etc.

4.1.3. A obrigação prevista no presente contrato perdurará durante a vigência do Contrato e por um prazo adicional de 5 (cinco) anos após o término de sua vigência, salvo caso a revelação seja necessária para o



cumprimento de lei ou de determinação de autoridade governamental, judicial ou arbitral aplicável à Parte interessada na divulgação.

4.1.4. Para fins desta cláusula, não são consideradas informações confidenciais, as seguintes:

- a) divulgação de dados por uma Parte a terceiros, desde que autorizada, por escrito, pela outra Parte;
- b) aquelas que sejam, ou venham a ser, de conhecimento público, salvo em decorrência de descumprimento desta cláusula.

5.1. Em caso de descumprimento/violação das cláusulas de proteção de dados pessoais desse anexo, ou caso qualquer uma das partes venha a ser demandada judicial ou extrajudicialmente, em razão de tratamentos ilícitos, abusivos ou inadequados de dados pessoais conduzidos pela parte Contrária, inclusive em situações de incidentes de segurança, a parte inadimplente, desde que comprovada sua culpa exclusiva, estará obrigada a ressarcir todas e quaisquer despesas arbitradas em juízo ou por autoridade competente, custos (processuais ou administrativos), multas, indenizações, honorários advocatícios, periciais e/ou contábeis ou condenações a que a parte prejudicada for obrigada a despendar.

5.2. Na hipótese de descumprimento da presente cláusula pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE**, mediante a comprovação da culpa exclusiva da **CONTRATADA**, poderá a seu critério, rescindir o Contrato imediatamente, sem qualquer ônus ou aplicação de multa contratual.

6.1. Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

6.2. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.



## **TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO AO TITULAR DE DADOS EM PROCESSOS DE LICITAÇÃO**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA

**CONTRATADO:**

**PROCESSO Nº:** 2204/2024

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS NO FORNECIMENTO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS E/OU PRODUTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE ODONTOLOGIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE..

Boituva, xx de xxxx de 2024.

Pelo presente TERMO, nós, acima identificados declaramos CIÊNCIA de que:

A Prefeitura Municipal de Boituva, por meio deste termo, informa sobre o tratamento dos seus dados pessoais no âmbito dos processos de licitação. A proteção da sua privacidade e a segurança dos seus dados são de extrema importância para nós, e estamos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais regulamentações aplicáveis.

### **Identificação do Responsável pelo Tratamento**

Nome: Prefeitura Municipal de Boituva

CNPJ: 46.634.499/0001-90

Endereço: Avenida Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva – SP

### **Dados Pessoais Tratados**

No contexto dos processos de licitação, podemos coletar, armazenar e tratar os seguintes dados pessoais dos licitantes e/ou seus representantes das empresas:

Dados de Identificação: Nome, endereço, RG, CPF, telefone, e-mail, entre outros.

Dados Profissionais: Experiência, qualificações, certificações, referências, currículo, entre outros.

Dados Financeiros: Informações bancárias, entre outros.

### **Finalidade do Tratamento**

Os seus dados pessoais serão tratados com as seguintes finalidades relacionadas aos processos de licitação:

Avaliação de Propostas: Utilizaremos seus dados para análise, avaliação e verificação das propostas apresentadas nos processos de licitação.

Contato e Comunicação: Utilizaremos seus dados para nos comunicarmos com você durante o processo de licitação, como para enviar notificações, solicitar documentos adicionais ou fornecer informações relevantes.

Cumprimento de Obrigações Legais: Utilizaremos seus dados para cumprir obrigações legais relacionadas aos processos de licitação, incluindo a divulgação de informações e a emissão de contratos.

### **Fundamento Legal**

O tratamento dos seus dados pessoais é realizado com base nos seguintes fundamentos legais:

Execução de Contrato: Quando necessário para a execução do contrato de licitação em que você é participante.

Cumprimento de Obrigações Legais: Quando necessário para cumprir obrigações legais relacionadas aos processos de licitação.

### **Compartilhamento de Dados**

A Prefeitura Municipal de Boituva poderá compartilhar seus dados pessoais com terceiros, quando necessário e de acordo com a legislação aplicável, incluindo:





**Órgãos de controle e fiscalização:** Os dados podem ser compartilhados com órgãos de controle e fiscalização, como o Tribunal de Contas e Ministério Público, quando necessário para o exercício de suas atribuições legais de fiscalização e controle da administração pública.

**Empresas e fornecedores participantes do processo licitatório:** Durante o processo de licitação, os dados podem ser compartilhados com as empresas e fornecedores que participam do certame, desde que seja necessário para a condução da licitação e esteja em conformidade com as regras estabelecidas no edital.

**Comissões de licitação e equipe técnica:** Os dados podem ser compartilhados com as comissões de licitação e equipe técnica responsáveis pela condução do processo licitatório, desde que seja necessário para a avaliação das propostas, habilitação dos licitantes e tomada de decisões relacionadas à licitação.

**Outros órgãos e entidades da administração pública:** Em alguns casos, os dados podem ser compartilhados com outros órgãos e entidades da administração pública, desde que seja necessário para a realização de atividades relacionadas à licitação ou para o cumprimento de obrigações legais.

### **Medidas de Segurança**

Implementamos medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger seus dados pessoais contra acesso não autorizado, uso indevido, divulgação não autorizada ou alteração não autorizada. Essas medidas podem incluir o uso de criptografia, controle de acesso, proteção física e outras salvaguardas apropriadas.

### **Seus Direitos**

Você possui direitos garantidos pela LGPD, incluindo o direito de acesso, retificação, exclusão, portabilidade e revogação do consentimento. Para exercer esses direitos ou obter mais informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais relacionados aos processos de licitação, entre em contato conosco por meio dos canais mencionados abaixo.

### **Contato**

Caso tenha alguma dúvida ou necessite de mais informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais, entre em contato conosco por meio dos seguintes canais:

Encarregada de Dados: Mayara da Silva Neves

E-mail: [lgpd@boituva.sp.gov.br](mailto:lgpd@boituva.sp.gov.br)

Agradecemos a sua participação nos processos de licitação da Prefeitura Municipal de Boituva. Estamos comprometidos em proteger a sua privacidade e garantir a conformidade com a LGPD em todas as etapas do tratamento dos seus dados pessoais.

### **RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO PRESENTE TERMO:**

#### **Pela licitante:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_



## ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para Registro de Preços no fornecimento de diversos tipos de materiais e/ou produtos odontológicos para atender as necessidades do setor de odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

### 1.2. CLASSIFICAÇÃO DO BEM

1.2.1. De acordo com as disposições do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021, o objeto em questão pode ser classificado como um bem comum, visto que é possível determinar objetivamente seus padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações padrão de mercado.

### 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Boituva destaca a importância da contratação de uma empresa especializada para fornecer materiais e produtos odontológicos variados, essenciais para as unidades básicas de saúde e outras atividades relacionadas. Dada a impossibilidade de prever a exata quantidade de insumos odontológicos necessários anualmente, essa aquisição é crucial para garantir o atendimento eficiente e contínuo ao usuário. Esta medida se justifica pela alta demanda por materiais odontológicos, fundamentais para o funcionamento adequado do setor de odontologia municipal. A obtenção destes itens visa não apenas atender às necessidades imediatas das unidades de saúde, mas também prevenir interrupções nos serviços odontológicos oferecidos à população, evitando possíveis transtornos. Além disso, a aquisição destes produtos é estratégica para a melhoria contínua da qualidade e efetividade das ações de saúde, assegurando o direito ao acesso a serviços de saúde pública de qualidade, segurança, eficácia e custo acessível. Tal iniciativa é fundamental para manter o alto padrão dos serviços públicos odontológicos, garantindo sua eficiência, continuidade e economia.

### 3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Com o intuito de promover uma seleção criteriosa e transparente, propomos a realização de licitação por item, visando otimizar a escolha de fornecedores para cada tipo específico;

3.2. Os itens ofertados deverão estar de acordo com as especificações e quantitativos abaixo discriminados:

#### 3.2.1 DESCRITIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA	UNITÁRIO	TOTAL
1	BROCAS CILINDRICAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO EXTREMIDADE OGIVA Nº 2215	UNIDADE	60





2	BROCAS CILINDRICAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO EXTREMIDADE OGIVA Nº 4219	UNIDADE	60
3	BROCAS ESFÉRICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO, EM AÇO INOX, Nº 1/2	UNIDADE	60
4	BROCAS ESFÉRICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO, EM AÇO INOX, Nº 1	UNIDADE	60
5	BROCAS ESFÉRICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO, EM AÇO INOX, Nº 2	UNIDADE	60
6	BROCAS ESFÉRICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO EM AÇO INOX, Nº 3	UNIDADE	60
7	BROCA DIAMANTADA ESFERICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012	UNIDADE	100
8	BROCA DIAMANTADA ESFERICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1013	UNIDADE	100
9	BROCA DIAMANTADA ESFERICA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1014	UNIDADE	100
10	BROCAS TIPO TRONCO-CÔNICAS INVERTIDAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO N 1033	UNIDADE	60
11	BROCAS TIPO TRONCO-CÔNICAS INVERTIDAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO N 1035	UNIDADE	60
12	BROCA TRANSMETAL EM CARBETO DE TUNGSTÊNIO PARA ALTA ROTAÇÃO	UNIDADE	60
13	BROCA LENTULO P/ BAIXA ROTAÇÃO Nº25-40 DE 25MM, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	UNIDADE	12
14	BROCA LENTULO P/ BAIXA ROTAÇÃO Nº25-40 DE 21MM, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	UNIDADE	12
15	CIMENTO ENDODONTICO À BASE DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL, POSSUI RADIOPACIDADE, BOA TOLERANCIA AOS TECIDOS, GRANULAÇÃO FINA, KIT COM UM FRASCO DE PÓ COM 12 GR E UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 10 ML (MARCA SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE DO ENDOFILL)	KIT	20
16	CIMENTO PROVISÓRIO INDICADO PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO (CURTO PRAZO DE 1 A 2 SEMANAS) DAS CAVIDADES DENTARIAS COM ENDURECIMENTO QUÍMICO (AO CONTATO COM A	POTE	32



	SALIVA), RADIOPACO, A BASE DE ÓXIDO DE ZINCO/SULFATO DE ZINCO, CONTÉM FLUOR, NÃO CONTÉM EUGENOL (MARCA SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE DO COTOSOL)		
17	CONE DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA DE 2ª SÉRIE (45 - 70), EMBALADOS EM BLISTERS ESTÉREIS CX COM 180 UNIDADES	CAIXA	28
18	CONES DE GUTA PERCHA TAPER CALIBRADA PRO 06, 1ª SÉRIE (15-40) COM 60 UNIDADES	CAIXA	28
19	CUNHA DE MADEIRA, FEITA DE MADEIRA NATURAL E CORANTES REATIVOS ATÓXICOS, MODELOS CODIFICADOS POR CORES: Nº1- NATURAL, Nº2-VERDE, Nº3-VERMELHA, Nº4-AMARELO. NÃO NECESSITA DE AJUSTE. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES SORTIDAS.	PACOTE	28
20	DESSENSIBILIZANTE GEL DENTAL DE BAIXA VISCOSIDADE Á BASE DE NITRATO DE POTÁSSIO E FLUORETO DE SÓDIO QUE CONFERE DUPLA AÇÃO DESSENSIBILIZANTE. EMBALAGEM CONTENDO UMA SERINGA DE 2,5 GR, 1 PONTEIRA APLICADORA. VALIDADE DE 2 ANOS A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	UNIDADE	28
21	DISCO DE FELTRO NATURAL PARA POLIMENTO DE SUPERFÍCIES, COM ENCAIXE EM BORRACHA DE SILICONE AO MANDRIL, SEM PARTES METÁLICAS NA SUPERFÍCIE DO DISCO. EMBALAGEM CONTENDO 24 DISCOS DE FELTRO E 1 MANDRIL DE LATÃO NIQUELADO NO TAMANHO 12MM. VALIDADE DE 3 ANOS A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	KIT	36
22	DISCOS DE LIXA PARA POLIMENTO E ACABAMENTO EM RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL. POSSUI CENTRO METÁLICO PARA O ENCAIXE SOB PRESSÃO DO MANDRIL. INVERSÃO E SUBSTITUIÇÃO DO DISCO, COSTADO EM POLIÉSTER COM ACESSO INTERPROXIMAL. GRANULAÇÃO: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRAFINA. TAMANHOS 3/8 E 1/2. EMBALAGEM COM 60 DISCOS SORTIDOS E UM MANDRIL.	KIT	32



23	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS NYLON MACIA COM 3 FILEIRAS DE TUFOS, CONTENDO 28 TUFOS, APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS, CABO RETO, ANATÔMICO, MEDINDO 15CM EM POLIPROPILENO ATÓXICO (CABO OPACO), EMBALADA EM SAQUINHO PLÁSTICO, CORES VARIADAS	UNIDADE	10.000
24	FIO DE SUTURA 4-0 DE NYLON MONOFILAMENTADO PRETO, AGULHADO COM AGULHA DE AÇO INOX 3/8 CÍCULO CORTANTE DE 2,0 CM, AGULHA SILICONIZADA QUE PERMITE UMA PENETRAÇÃO SUAVE, ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO, ESTERILIZADO EM RAO GAMA, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICOS, COM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE ENVELOPE METÁLICO INTERNAMENTE. POSSUI RESISTENCIA A TRAÇÃO E AO NÓ. VALIDADE DE 5 ANOS. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	48
25	FIO DE SUTURA 5-0 DE NYLON MONOFILAMENTADO PRETO, AGULHADO COM AGULHA DE AÇO INOX 3/8 CÍCULO CORTANTE DE 2,0 CM, AGULHA SILICONIZADA QUE PERMITE UMA PENETRAÇÃO SUAVE, ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, DE USO ÚNICO, ESTERILIZADO EM RAO GAMA, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICOS, COM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE ENVELOPE METÁLICO INTERNAMENTE. POSSUI RESISTENCIA A TRAÇÃO E AO NÓ. VALIDADE DE 5 ANOS. CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	48
26	FITA PARA AUTOCLAVE PARA FECHAMENTO DE PAPEL GRAU CIRURGICO COM 19 MM X 30 M, CONFECCIONADO COM DORSO DE PAPEL CREPADO À BASE DE BORRACHA NATURAL, OXIDO DE ZINCO E RESINAS E, NA OUTRA FACE, UMA FINA CAMADA IMPERMEABILIZANTE DE RESINA ACRÍLICA. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE.	UNIDADE	40
27	GUTA PERCHA EM BASTÃO, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES SORTIDAS ENTRE BRANCO E ROSA	POTE	28
28	HEMOSTÁTICO EM ESPONJA, DE GELATINA LIOFILIZADA DE ORIGEM PORCINA, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA, PESANDO NÃO MAIS DE 10 MG,	CAIXA	32



	REABSORVÍVEL PELO ORGANISMO E DESENVOLVIDA PARA USO DIÁRIO, DIMENSÃO: 1CM X 1 CM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.		
29	LÂMINA DE BISTURI DE AÇO CARBONO. ESTÉRIL. USO ÚNICO. Nº 15. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	4
30	LENÇOL DE BORRACHA PARA ISOLAMENTO DENTAL ABSOLUTO, PRODUZIDO EM LATEX NATURAL E ISENTO DE PÓ, ESPESSURA MÉDIA, TAMANHO DE 12,7 X 12,7 CM, AGRADÁVEL AROMA DE MENTA. EMBALAGEM COM 26 UNIDADES	CAIXA	28
31	MATRIZ DE AÇO INOX DE TOFFLERMIRE C/ 0,050 MM DE ESPESSURA, PRÉ-CORTADA E ANATOMICA. ENVELOPE C/12 UNID.	ENVELOPE	28
32	MATRIZ DE AÇO INOX DE 0,5 MM DE LARGURA, RÍGIDA, INDEFORMÁVEL, PARA USO EM PORTA MATRIZ, ADAPTAÇÃO ANATOMICA À REGIÃO CERVICAL SEM SOFRER DEFORMAÇÃO EM SOBRECARGA DE CONDENSAÇÃO. ROLO DE 50 CM	ROLO	40
33	MATRIZ DE AÇO INOX DE 0,7 MM DE LARGURA, RÍGIDA, INDEFORMÁVEL, PARA USO EM PORTA MATRIZ, ADAPTAÇÃO ANATOMICA À REGIÃO CERVICAL SEM SOFRER DEFORMAÇÃO EM SOBRECARGA DE CONDENSAÇÃO. ROLO DE 50 CM	ROLO	40
34	TIRA DE LIXA DE AÇO PARA POLIMENTO DAS FACES PROXIMAIS, FLEXÍVEIS, ADAPTAM AO CONTORNO DAS REGIÕES PROXIMAIS DO DENTE, DIAMANTES NATURAIS, CENTRO NEUTRO PARA FACILITAR A INSERÇÃO ENTRE OS DENTES, AUTOCLAVÁVEL, FABRICADO EM AÇO INOX. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES DE 4 MM.	ENVELOPE	28
35	TIRA DE PAPEL PARA POLIMENTO EM RESINA E IONOMERO DE VIDRO DAS FACES PROXIMAIS, TAMANHO: 4 MM DE LARGURA E 170 MM DE COMPRIMENTO, ABRASIVO A BASE DE ÓXIDO DE ALUMINIO E COSTADO DE POLIESTER, ABRASIVO DE GRANULAÇÃO GROSSA (CINZA) E MÉDIA (BRANCA). EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	CAIXA	28



36	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO, ISENTO DE ALVEJANTE, ATOXICO, AUTOCLAVADO ATÉ 135°, TAMANHO DE 15CM X 100M. EMBALAGEM DE 1 ROLO.	ROLO	1000
37	PINCEL PELO DE MARTA REDONDO, CABO CURTO COM COR VINHO, FILAMENTO MARTA, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA DETALHES, FILETES MANCHAS, VIROLA DE ALUMÍNIO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE Nº 02.	UNIDADE	28
38	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA AZUL Nº 1508.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	4
39	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA AZUL, CILÍNDRICA PONTA ATIVA Nº 1502.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	4
40	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA AZUL, PONTA OGIVA Nº 1506.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	4
41	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA AZUL, FORMATO 79, Nº 1510.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	4
42	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA VERDE, FORMATO PERA, Nº 251.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	4
	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO,	UNIDADE	





43	MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA AZUL, ESFÉRICA, Nº 7110.080 PH.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE		4
44	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA VERMELHA, FORMATO DE PERA, Nº 1517 FINO.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	4
45	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA PRETA, CORTE EXTRA GROSSO, FORMATO PERA, Nº 5451.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	4
46	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO, AUTOCLAVÁVEL, AS BROCAS VÊM COM O CÓDIGO IMPRESSO A LASER NO MANDRIL PARA IDENTIFICAÇÃO, <b>TARJA AZUL, CILÍNDRICA PONTA INATIVA, Nº 1503.</b> EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	4
47	ESPÁTULA PLASTICA DE MANIPULAÇÃO, FEITA EM RESINA TERMOPLÁSTICA PURA E PIGMENTOS. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE COR VARIADA	UNIDADE	12
48	PONTA POLIDORA DE METAL ULTRA-METAL OGIVA PARA PEÇA DE MÃO, PARA DESGASTE, REGULARIZAÇÃO, PRÉ-POLIMENTO, POLIMENTO E ALTO BRILHO EM VÁRIOS TIPOS DE LIGAS, PRODUTO MUITO CONCENTRADO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE NA <b>COR PRETA</b> DE 5MM X 6MM. <b>GRANULAÇÃO EXTRA GROSSO</b> , 20.000 RPM.	UNIDADE	20
49	PONTA POLIDORA DE METAL ULTRA-METAL OGIVA PARA PEÇA DE MÃO, PARA DESGASTE, REGULARIZAÇÃO, PRÉ-POLIMENTO, POLIMENTO E ALTO BRILHO EM VÁRIOS TIPOS DE LIGAS, PRODUTO MUITO	UNIDADE	20





	CONCENTRADO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE NA <b>COR VERDE, GRANULAÇÃO MEDIA</b> , 20.000 RPM.		
50	PONTA POLIDORA DE METAL ULTRA-METAL OGIVA PARA PEÇA DE MÃO, PARA DESGASTE, REGULARIZAÇÃO, PRÉ-POLIMENTO, POLIMENTO E ALTO BRILHO EM VÁRIOS TIPOS DE LIGAS, PRODUTO MUITO CONCENTRADO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE NA <b>COR CINZA, GRANULAÇÃO FINA</b> , 20.000 RPM.	UNIDADE	20
51	ALAVANCA SELDIN ADULTO JOGO COM 3 PEÇAS EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL. KIT COM 1 ALAVANDA CURVA ESQUERDA, 1 ALAVANCA CURVA DIREITA E 1 ALAVANCA RETA. MEDE 15 CM.	KIT	20
52	BRUNIDOR Nº 29 OITAVADO EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	20
53	BRUNIDOR SIMPLES EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	20
54	BRUNIDOR Nº 1 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	20
55	BRUNIDOR Nº 2 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	20
56	CABO PARA BISTURI EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	28
57	CURETAS DE LUCAS ALVEOLAR Nº 85 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	28
58	CURETA P/ DENTINA Nº 5 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	28
59	CURETA P/DENTINA Nº 3 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	28
60	CURETA P/DENTINA Nº 1 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	28
61	CURETA TIPO GRACEY 15/16 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	28
62	AGULHA PARA ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO PARA LIMPEZA DE RAÍZES E CANAIS ENDODONTICOS, FINA, METÁLICA E ARREDONDADA (27 GA, DIAMETRO DE 0,40 MM), COM EXTREMIDADE ANTO-OBTURAÇÃO ÚNICA, PONTA COM VENTILAÇÃO DE UM DOS LADOS PARA IRRIGAÇÃO LATERAL. COMPRIMENTO DA AGULHA DE 25MM. EMB. COM 20 UN.	PACOTE	20
	SELADORA MANUAL: SELA GRAU CIRÚRGICO DO TIPO PET/PP57G/M² E PAPEL CIRÚRGICO 60M². SELADORA COM AQUECIMENTO INSTANTÂNEO; SELAGEM COM CONTROLE DE TEMPERATURA COM SISTEMA DE BARRA		



63	AQUECIDA LIVRE, 100 WATTS DE POTÊNCIA OU SUPERIOR, CONSUMO MÉDIO 0,10KW/H. TEMPERATURA CONTROLADA POR CIRCUITO ELETRÔNICO. SELAGEM COM RESISTÊNCIA DE 2,5MM DE LARGURA, SACOS PLÁSTICO DE 30CM X 0,20MM DE ESPESSURA; MEDIDAS APROXIMADAMENTE: 34,5CM L X 27CM P X 16CM A. VOLTAGEM 220V. GARANTIA DE 12 MESES. CERTIFICADO INMETRO; COR: BRANCO.	UNIDADE	12
64	FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL, CIRURGICO, SINTÉTICO E ESTÉRIL, INDICADO PARA USO EM CAIXA 20 53 TECIDOS INTERNOS, LIGADURAS E SUTURA DE PELE. CONTA COM AGULHA CT1/2 – 1,6CM, O FIO É ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, ABSORVÍVEL, COMPOSTO DE COPOLÍMERO OBTIDO A PARTIR DE GLICOLIDA E LACTIDA, REVESTIDA COM POLIGLACTINA 370 E ESTEARATO DE CALCIO, INCOLOR, CONSTRUÍDA POR TRAÇAMENTO, A PERDA PROGRESSIVA DA FORÇA TENSIL E EVENTUAL ABSORÇÃO DA SUTURA REVESTIDA OCORREM POR HIDRÓLISE, A ABSORÇÃO SE INICIA COM UMA PERDA DE FORÇA TENSIL SEGUIDA POR PERDA DE MASSA. PRODUTO PARA A SAÚDE DE USO ÚNICO. ARMANEZAMENTO: TEMPERATURA AMBIENTE, EM LOCAL FRESCO, SECO E PROTEGIDO DE UMIDADE , LUZ SOLAR E FONTES DE CALOR. EMBALAGEM CAIXA COM 12 UNIDADES COM NUMERAÇÃO 4.0	CAIXA	32
65	PINÇA ANATÔMICA DIETRICH (PONTA RETA) DE 16 CM PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA APREENÇÃO DE TECIDOS SEM DILACERAÇÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL E AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	32
66	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA, COM BISEL TRIFACELADO ULTRA AFIADO, POSSUI PROTETOR DA AGULHA, AGULHA (CÂNULA) EM AÇO INOXIDÁVEL, PRODUTO ESTÉRIL E DE REPROCESSAMENTO PROIBIDO, COMPRIMENTO MÉDIO (30G) 0,3 X 25 MM. EMBALAGEM: CX COM 100 UNIDADES	CAIXA	52
67	FORCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO EM AÇO INOX,	UNIDADE	20



	AUTOCLAVÁVEL Nº 17. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE		
68	FORCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 65. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	20
69	FORCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 151. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	20
70	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 02	UNIDADE	20
71	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 101	UNIDADE	20
72	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 151	UNIDADE	20
73	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 18 D	UNIDADE	20
74	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 18R	UNIDADE	20
75	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 27	UNIDADE	20
76	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR RIVA INDICADO PARA TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (ART). EMBALAGEM COM 6 G DE LÍQUIDO + 10 G DE PÓ + UM BLOCO DE MANIPULAÇÃO E UMA COLHER DOSADORA, COR A2	KIT	80
77	ESCOVA ROBINSON PARA POLIMENTO COM HASTE PARA CONTRA- ÂNGULO (BAIXA ROTAÇÃO), FORMATO DE PINCEL CÔNICO, CERDAS MACIAS NA COR BRANCA. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UNIDADE	200

3.3 A proposta apresentada em desacordo com este Termo de Referência será desclassificada.

3.4 Detalhar a apresentação dos itens contidos neste. Devem ser manuseados seguindo as instruções do fabricante e as boas práticas de higiene para garantir medições precisas e minimizar o risco de infecção.

3.4.1. Diferenciação de Embalagens Primárias e Secundárias para insumos, produtos e materiais odontológicos reside fundamentalmente no contato direto com o produto e no propósito específico



que cada tipo de embalagem serve. Vamos detalhar essas diferenças com base em função, contato e propósito. A distinção entre as embalagens primária e secundária é essencial para garantir que os produtos odontológicos sejam entregues de maneira segura e eficaz, desde o fabricante até o profissional de saúde e, finalmente, ao paciente. Enquanto a embalagem primária foca na proteção imediata e na preservação do produto, a secundária garante a integridade do conjunto durante o transporte e armazenamento, além de fornecer informações cruciais para os usuários.

#### 3.4.1.1. Embalagens primárias:

- A embalagem primária tem contato direto com o produto. Ela é a primeira camada de material que envolve o produto, garantindo sua proteção contra contaminação e preservando sua esterilidade (quando aplicável).
- A principal função da embalagem primária é proteger o produto de danos físicos, químicos e biológicos, além de manter a esterilidade para produtos que necessitam dessa condição para uso seguro. Ela também pode facilitar a dosagem ou a aplicação do produto, como no caso de seringas ou tubos.
- Para materiais odontológicos, as embalagens primárias incluem blisters para agulhas, frascos para líquidos, tubos para cremes e envelopes de esterilização para instrumentos. Cada um desses exemplos é projetado para atender às necessidades específicas do produto, como facilidade de uso, manutenção da esterilidade ou proteção contra contaminação.

#### 3.4.1.2. Embalagens Secundárias:

- A embalagem secundária não tem contato direto com o produto. Em vez disso, ela contém uma ou mais embalagens primárias, servindo como uma camada adicional de proteção e organização.
- As embalagens secundárias protegem as embalagens primárias e seus conteúdos durante o transporte, armazenamento e manuseio. Elas também fornecem um espaço para informações importantes, como identificação do produto, instruções de uso, informações de lote e data de validade, além de promover o produto e facilitar sua identificação.
- No contexto odontológico, as embalagens secundárias podem incluir caixas de cartão que agrupam vários tubos de creme ou seringas, caixas maiores para kits de procedimentos que contêm múltiplos itens embalados primariamente, ou blisters cartonados que oferecem proteção adicional.

### 3.7. Subcontratação

3.7.1. Não será permitida a subcontratação sem prévia comunicação à Contratante.

### 3.8. Garantia Contratual:

3.8.1 Não será exigida garantia contratual.



### **3.9. Garantia ou assistência técnica**

3.9.1 Não se aplica.

## **4. PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o artigo 90, § 2º do DECRETO MUNICIPAL Nº 2.864 DE 02 DE MAIO DE 2023 e artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021.

4.2 Considerando ainda o DECRETO Nº 2.864 DE 02 DE MAIO DE 2023, poderá ser aplicado reajuste, conforme consta no § 3º.

“A prorrogação referida no caput ensejará o reajuste dos preços registrados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a contar da data da proposta, salvo no caso de deferimento de eventual pedido de equilíbrio econômico do contrato no primeiro período de vigência.

4.3 Considerando a dificuldade em estabelecer um volume preciso de usuários para os itens, a natureza imprevisível para sua aquisição, e a necessidade de adaptabilidade para atender às variações de quantidades e requisitos específicos das demandas regulares da população em geral, este processo de aquisição adotará o Sistema de Registro de Preços. Esta metodologia está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação federal relevante e pelo decreto municipal correspondente. Tal sistema oferece a flexibilidade necessária para ajustar-se às necessidades cotidianas da população.

4.4 A abordagem de demanda flexível delineada neste termo de referência visa assegurar a gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, garantindo que o fornecimento dos itens seja realizado de maneira tempestiva e adequada, abarcando as necessidades rotineiras da população. Essa estratégia assegura a disponibilidade contínua dos itens necessários para a promoção da saúde e o bem-estar, adaptando-se eficazmente a qualquer aumento e reforçando o compromisso com o atendimento inclusivo e abrangente de todas as partes interessadas, independentemente da origem da demanda.

## **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. Deverá realizar a entrega no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Rua João Marcon, nº 275 – Fundos – Águia da Castello – Boituva/SP – CEP: 18.550-610, impreterivelmente das 8:00 às 16:00, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, quando solicitado, após o envio da autorização de compras.

5.2. As entregas dos itens serão realizadas de forma parcelada, uma vez que será de acordo com as necessidades da secretaria.

5.3. O acondicionamento e transporte dos itens devem ser feitos dentro do preconizado para estes





itens e devidamente protegidos do pó e variações de temperatura e demais especificações estabelecidas na RDC nº 16, de 01/04/2014.

5.4. Os itens recebidos deverão constar a data de fabricação, número de lote e, em nenhuma hipótese, serão recebidos pedidos em desacordo com a autorização de compras.

5.5. Os itens devem conter o prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de recebimento;

5.6. A solicitação dos itens será realizada através do envio de um pedido formal por e-mail, no qual deverão ser especificados os itens necessários, suas respectivas quantidades e uma descrição detalhada de cada item solicitado, desde que contido neste.

5.7. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e na proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.8. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: descrição do item, lote, fabricante, quantidade, unidade, validade, valor unitário e valor total.

5.8.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1.990).

5.8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

5.8.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.8.4. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos itens.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. A fiscalização e gestão deste processo serão conduzidas pela fiscal Adriane de Sottovia Arruda, atuará como Responsável Técnica, trazendo sua expertise para garantir a qualidade técnica e o cumprimento dos padrões estabelecidos e nas questões administrativas, focadas no gerenciamento das operações, logística e recursos. Além disso, a gestão estratégica e a supervisão geral estarão sob a responsabilidade da Gestora da Secretaria Municipal de Saúde, Dra. Ana paula Sampaio Moura, assegurando que o processo esteja alinhado com as políticas e objetivos da secretaria.

6.2. A recepção provisória dos itens, a ser realizada no prazo de cinco dias úteis após a entrega, constitui uma etapa crítica para assegurar a conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas e quantitativas estabelecidas no termo de referência. Durante este período, a fiscal realizará uma avaliação minuciosa dos itens recebidos. Este processo incluirá:

- Verificação Quantitativa: contagem física dos itens entregues para confirmar se as





quantidades correspondem ao pedido original.

- Verificação Qualitativa: análise detalhada para assegurar que os itens atendem às especificações de qualidade, eficácia e segurança, incluindo a verificação de embalagens, rótulos, datas de validade e conformidade com os padrões regulatórios.
- Registro de discrepâncias: documentação detalhada de qualquer divergência ou não conformidade identificada, para suporte à decisão de aceitação ou rejeição dos itens.

6.2.1. Caso os itens entregues estejam em total conformidade com os critérios estabelecidos, proceder-se-á à aceitação definitiva formalizando a recepção dos itens e permitindo a sua utilização.

6.2.2. Após a conclusão da etapa de recepção e análise provisória, na eventualidade de serem identificadas inconformidades nos itens entregues, o fornecedor será notificado imediatamente das discrepâncias encontradas. Será concedido ao fornecedor um prazo adicional de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de notificação, para realizar as correções necessárias ou substituir os itens em desacordo com as especificações estabelecidas. Este período é designado para permitir a adequada resolução de quaisquer questões de não conformidade, assegurando que todos os itens fornecidos atendam rigorosamente aos critérios de qualidade, segurança e eficácia previamente definidos. Durante este prazo de correção, espera-se que o fornecedor adote todas as medidas necessárias para sanar as falhas identificadas, seja por meio da substituição dos itens, correção das quantidades entregues, ou adequação das especificações técnicas.

6.2.3. Após a realização das correções pelo fornecedor e nova entrega dos itens ajustados, a equipe responsável pela fiscalização e gestão da recepção procederá com uma nova verificação para assegurar que todas as inconformidades foram devidamente resolvidas. Apenas após esta segunda avaliação, confirmando a total conformidade dos itens, a aceitação será considerada definitiva, permitindo sua incorporação ao estoque e posterior utilização.

6.3. Na hipótese de as inconformidades identificadas nos itens entregues persistirem, mesmo após o período adicional concedido de 15 (quinze) dias úteis para a realização de correções pelo fornecedor, será iniciado um procedimento de penalização em conformidade com as disposições legais vigentes, especificamente conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2.021. Este procedimento visa assegurar a responsabilidade do fornecedor no cumprimento dos requisitos de qualidade, segurança e eficácia dos itens fornecidos, além de garantir a integridade do processo de aquisição. As penalidades aplicáveis, conforme determinado pela referida lei, podem incluir multas, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, entre outras sanções previstas, dependendo da gravidade e da natureza das irregularidades constatadas.

6.3.1. A aplicação de tais penalidades será precedida de um processo administrativo, assegurando ao fornecedor o direito ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem os atos da Administração Pública.

6.4. Caso sejam identificadas necessidades de correções ou ajustes a serem realizados pelo



FORNECEDOR, os prazos previstos para pagamento serão automaticamente suspensos, passando o fornecimento a ser considerado em atraso. Tal condição sujeitará o FORNECEDOR à aplicação de uma multa calculada sobre o valor total em atraso. Adicionalmente, dependendo da gravidade e das circunstâncias do caso, o FORNECEDOR poderá também estar sujeito a outras sanções previstas na legislação aplicável.

6.5. Objetiva-se, também, prevenir a contratação de empresa para o fornecimento dos itens que apresentem preços significativamente acima do mercado (sobrepço), bem como preços manifestamente inexequíveis, que possam levar ao risco de execução deficitária da ata de registro de preço, ou ainda, evitar o superfaturamento durante sua execução.

6.6. Responder, por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto deste termo, os quais não serão excluídos ou reduzidos em decorrência do acompanhamento exercido por esta secretaria.

6.7. Atender toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento.

6.8. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade.

## **7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. O procedimento para o pagamento dos itens adquiridos será realizado conforme estabelecido: após a entrega e a subsequente aceitação dos itens, comprovada pela apresentação da nota fiscal correspondente, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos. Este pagamento será concretizado por meio de depósito ou transferência bancária diretamente na conta-corrente da contratada. É imperativo que a conta para recebimento esteja formalmente registrada em nome da empresa contratada. A validação da nota fiscal e a autorização para o pagamento serão de responsabilidade do departamento competente da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a conformidade com as especificações detalhadas neste Termo de Referência. Todo este processo está em estrita conformidade com a legislação vigente, especificamente a LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, garantindo transparência e legalidade nas transações financeiras entre as partes.

## **8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. A aquisição dos itens será realizada por meio de processo licitatório, adotando-se a modalidade de Pregão Eletrônico e o procedimento de Registro de Preço. O critério de julgamento aplicado será por item, estratégia que visa aumentar a transparência, estimular a competitividade e maximizar a eficiência do processo de aquisição.

8.1.1 Com o objetivo de assegurar uma seleção metódica, propõe-se a implementação de uma licitação por item. Tal metodologia visa aprimorar a escolha de fornecedores, possibilitando uma



análise mais aprofundada e garantindo a contratação das opções mais vantajosas e eficaz;

8.1.2 A licitação segmentada por item incentiva a competição entre fornecedores, permitindo que cada insumo seja licitado de maneira independente. Isso considera as particularidades e especificações próprias de cada insumo, sendo particularmente benéfico quando os itens variam significativamente em termos de composição, uso ou requisitos de armazenamento;

8.1.3 Tal abordagem facilita a personalização na seleção de fornecedores, atendendo a requisitos específicos ou padrões de qualidade distintos para cada insumo. Isso confere maior flexibilidade e precisão na escolha, assegurando que as necessidades de saúde sejam atendidas de maneira eficaz;

8.1.4 Possibilita uma avaliação detalhada do desempenho dos fornecedores em relação a cada item específico. Isso permite identificar as propostas mais vantajosas para cada insumo, assegurando a escolha da melhor oferta disponível;

8.1.5 Garante uma maior transparência ao longo do processo de seleção, já que as decisões tomadas podem ser claramente vinculadas à escolha específica para cada item. Isso eleva o nível de responsabilidade e confiança no processo de aquisição, contribuindo para a integridade e a eficácia da gestão pública na área da saúde.

## **8.2. Amostra ou prova de conceito**

8.2.1. Não se aplica.

## **8.3. Qualificação Técnica**

8.3.1. Certificado do INMETRO;

8.3.2. Alvará da vigilância sanitária;

8.3.3. Alvará de funcionamento da empresa emitido pela Anvisa;

8.3.4. Declaração indicando assistência técnica no estado de São Paulo;

8.3.5. Apresentar catálogo ou prospecto de todos os itens solicitados, no ato da sessão pública.

## **8.4. Participação de consórcio**

8.4.1. Não serão admitidas empresas em consórcio, uma vez que existem no mercado, diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de referência o que, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, opta-se, com base no poder discricionário da Administração, por manter a vedação da participação de empresas em “consórcio” neste certame.

## **8.5. Garantia de proposta**

8.5.1 Não se aplica.



**PREFEITURA DE  
BOITUVA**  
CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
[www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br)  
[boituva@boituva.sp.gov.br](mailto:boituva@boituva.sp.gov.br)  
Tel: (15) 3363-8800

## 8.6. Condições para assinatura da ata de registro de preço

8.6.1 Não se aplica.

## 09. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos financeiros para o atendimento ao objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta da dotação do orçamento vigente.

*Assinado Digitalmente*

Adriane de Sottovia Arruda  
Coordenadora da Saúde Bucal

Ana Paula Sampaio Moura  
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA DE  
**BOITUVA**  
CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
www.boituva.sp.gov.br  
boituva@boituva.sp.gov.br  
Tel: (15) 3363-8800

MAPA DE PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	VL. UNI	VALOR TOTAL
1	BROCAS CILINDRICAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO EXTREMIDADE OGIVA Nº 2215 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 2,3133	R\$ 138,7980
2	BROCAS CILINDRICAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO EXTREMIDADE OGIVA Nº 4219 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 2,2866	R\$ 137,1960
3	BROCAS ESFÉRICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO, EM AÇO INOX, Nº ½ – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 5,5433	R\$ 332,5980
4	BROCAS ESFÉRICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO, EM AÇO INOX, Nº 1 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 5,5533	R\$ 333,1980
5	BROCAS ESFÉRICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO, EM AÇO INOX, Nº 2 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 5,1333	R\$ 307,9980
6	BROCAS ESFÉRICAS CARBIDE DE BAIXA ROTAÇÃO EM AÇO INOX, Nº 3 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 5,4900	R\$ 329,4000
7	BROCAS ESFÉRICAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO N 1012 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	100	R\$ 2,2966	R\$ 229,6600
8	BROCAS ESFÉRICAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO N 1013 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	100	R\$ 2,2766	R\$ 227,6600
9	BROCAS ESFÉRICAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO N 1014 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	100	R\$ 2,2733	R\$ 227,3300
10	BROCAS TIPO TRONCO-CÔNICAS INVERTIDAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO N 1033 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 2,3933	R\$ 143,5980
11	BROCAS TIPO TRONCO-CÔNICAS INVERTIDAS DIAMANTADAS P/ALTA ROTAÇÃO N 1035 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 2,5033	R\$ 150,1980
12	BROCA TRANSMETAL EM CARBETO DE TUNGSTÊNIO PARA ALTA ROTAÇÃO – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	60	R\$ 26,5900	R\$ 1.595,4000
13	BROCA LENTULO P/ BAIXA ROTAÇÃO Nº25-40 DE 25MM, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	12	R\$ 22,3700	R\$ 268,4400
14	BROCA LENTULO P/ BAIXA ROTAÇÃO Nº25-40 DE 21MM, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	12	R\$ 24,5266	R\$ 294,3192
15	CIMENTO ENDODONTICO À BASE DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL, POSSUI RADIOPACIDADE, BOA TOLERANCIA – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 21,0833	R\$ 421,6660
16	CIMENTO PROVISÓRIO INDICADO PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO (CURTO PRAZO DE 1 A 2 SEMANAS) – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	32	R\$ 6,4666	R\$ 206,9312





# PREFEITURA DE BOITUVA

CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
www.boituva.sp.gov.br  
boituva@boituva.sp.gov.br  
Tel: (15) 3363-8800

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	VL. UNI	VALOR TOTAL
17	CONE DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA DE 2ª SÉRIE (45 - 70), EMBALADOS EM BLISTERS ESTÉREIS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 43,9666	R\$ 1.231,0648
18	CONES DE GUTA PERCHA TAPER CALIBRADA PRO 06, 1ª SÉRIE (15-40) COM 60 UNIDADES – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 41,3000	R\$ 1.156,4000
19	CUNHA DE MADEIRA, FEITA DE MADEIRA NATURAL E CORANTES REATIVOS ATÓXICOS, MODELOS CODIFICADOS POR COR – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 7,8500	R\$ 219,8000
20	DESSENSIBILIZANTE GEL DENTAL DE BAIXA VISCOSIDADE À BASE DE NITRATO DE POTÁSSIO E FLUORETO DE SÓDIO – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 10,5866	R\$ 296,4248
21	DISCO DE FELTRO NATURAL PARA POLIMENTO DE SUPERFÍCIES, COM ENCAIXE EM BORRACHA DE SILICONE – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	36	R\$ 56,0666	R\$ 2.018,3976
22	DISCOS DE LIXA PARA POLIMENTO E ACABAMENTO EM RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL. – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	32	R\$ 126,1033	R\$ 4.035,3056
23	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS NYLON MACIA COM 3 FILEIRAS DE TUFOS, CONTENDO 28 TUFOS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	10000	R\$ 1,0500	R\$ 10.500,0000
24	FIO DE SUTURA 4-0 DE NYLON – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	48	R\$ 31,7166	R\$ 1.522,3968
25	FIO DE SUTURA 5-0 DE NYLON – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	48	R\$ 30,4633	R\$ 1.462,2384
26	FITA PARA AUTOCLAVE – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	40	R\$ 3,5900	R\$ 143,6000
27	GUTA PERCHA EM BASTÃO, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES SORTIDAS ENTRE BRANCO E ROSA – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 88,4833	R\$ 2.477,5324
28	HEMOSTÁTICO EM ESPONJA, DE GELATINA LIOFILIZADA DE ORIGEM PORCINA, ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	32	R\$ 63,9100	R\$ 2.045,1200
29	LÂMINA DE BISTURI DE AÇO CARBONO. ESTÉRIL. USO ÚNICO. Nº 15. CAIXA COM 100 UNIDADES – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 22,4900	R\$ 89,9600
30	LENÇOL DE BORRACHA PARA ISOLAMENTO DENTAL ABSOLUTO, PRODUZIDO EM LATEX NATURAL E ISENTO DE PÓ – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 24,2900	R\$ 680,1200
31	MATRIZ DE AÇO INOX DE TOFFLERMIRE C/ 0,050 MM DE ESPESSURA, PRÉ-CORTADA E ANATOMICA – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 16,2633	R\$ 455,3724
32	MATRIZ DE AÇO INOX DE 0,5 MM DE LARGURA, RÍGIDA, INDEFORMÁVEL, PARA USO EM PORTA MATRIZ – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	40	R\$ 1,0433	R\$ 41,7320





PREFEITURA DE  
**BOITUVA**

CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
[www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br)  
[boituva@boituva.sp.gov.br](mailto:boituva@boituva.sp.gov.br)  
Tel: (15) 3363-8800

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	VL. UNI	VALOR TOTAL
33	MATRIZ DE AÇO INOX DE 0,7 MM DE LARGURA, RÍGIDA, INDEFORMÁVEL, PARA USO EM PORTA MATRIZ – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	40	R\$ 2,7833	R\$ 111,3320
34	TIRA DE LIXA DE AÇO PARA POLIMENTO DAS FACES PROXIMAIS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 10,8200	R\$ 302,9600
35	TIRA DE PAPEL PARA POLIMENTO EM RESINA E IONOMERO DE VIDRO DAS FACES PROXIMAIS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 1,1066	R\$ 30,9848
36	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO, ISENTO DE ALVEJANTE, ATOXICO, AUTOCLAVADO ATÉ 135° – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1000	R\$ 88,6333	R\$ 88.633,3000
37	PINCEL PELO DE MARTA REDONDO, CABO CURTO COM COR VINHO, FILAMENTO MARTA, FORMATO REDONDO – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 20,7000	R\$ 579,6000
38	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA AZUL Nº 1508 MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 63,7066	R\$ 254,8264
39	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA AZUL, CILÍNDRICA PONTA ATIVA Nº 1502 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 65,2866	R\$ 261,1464
40	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA AZUL, PONTA OGIVA Nº 1506 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 63,8933	R\$ 255,5732
41	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA AZUL, FORMATO 79, Nº 1510 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 78,6900	R\$ 314,7600
42	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA VERDE, FORMATO PERA, Nº 251. – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 72,5000	R\$ 290,0000
43	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA AZUL, ESFÉRICA, Nº 7110.080 PH – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 73,1333	R\$ 292,5332
44	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA VERMELHA, FORMATO DE PERA, Nº 1517 FINO – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 45,6333	R\$ 182,5332
45	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA PRETA, CORTE EXTRA GROSSO, Nº 5451 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 52,3333	R\$ 209,3332
46	BROCA DE TUNGSTENIO MAXICUT PARA PEÇA DE MÃO, TARJA AZUL, CILÍNDRICA PONTA INATIVA, Nº 1503. – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4	R\$ 70,8800	R\$ 283,5200
47	ESPÁTULA PLASTICA DE MANIPULAÇÃO, FEITA EM RESINA TERMOPLÁSTICA PURA E PIGMENTOS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	12	R\$ 4,0666	R\$ 48,7992
48	PONTA POLIDORA DE METAL ULTRA-METAL OGIVA PARA PEÇA DE MÃO, NA COR PRETA DE 5MM X 6MM – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 21,1433	R\$ 422,8660



# PREFEITURA DE **BOITUVA**

CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
[www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br)  
[boituva@boituva.sp.gov.br](mailto:boituva@boituva.sp.gov.br)  
Tel: (15) 3363-8800

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	VL. UNI	VALOR TOTAL
49	PONTA POLIDORA DE METAL ULTRA-METAL OGIVA PARA PEÇA DE MÃO, NA COR VERDE, GRANULAÇÃO MÉDIA – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	22	R\$ 28,4333	R\$ 625,5326
50	PONTA POLIDORA DE METAL ULTRA-METAL OGIVA PARA PEÇA DE MÃO, NA COR CINZA, GRANULAÇÃO FINA – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 22,6300	R\$ 452,6000
51	ALAVANCA SELDIN ADULTO JOGO COM 3 PEÇAS EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL. – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 115,9933	R\$ 2.319,8660
52	BRUNIDOR Nº 29 OITAVADO EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 10,4466	R\$ 208,9320
53	BRUNIDOR SIMPLES EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 10,7600	R\$ 215,2000
54	BRUNIDOR Nº 1 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 9,1400	R\$ 182,8000
55	BRUNIDOR Nº2 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 9,6100	R\$ 192,2000
56	CABO PARA BISTURI EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 8,5133	R\$ 238,3724
57	CURETAS DE LUCAS ALVEOLAR Nº 85 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 10,8900	R\$ 304,9200
58	CURETA P/ DENTINA Nº 5 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 7,2633	R\$ 203,3724
59	CURETA P/DENTINA Nº 3 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 14,0200	R\$ 392,5600
60	CURETA P/DENTINA Nº1 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 9,3966	R\$ 263,1048
61	CURETA TIPO GRACEY 15/16 EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	28	R\$ 11,1566	R\$ 312,3848
62	AGULHA PARA ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO ODONTOLÓGICA – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 75,9400	R\$ 1.518,8000
63	SELADORA MANUAL: SELA GRAU CIRÚRGICO DO TIPO PET/PP57G/M² E PAPEL CIRÚRGICO 60M² – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	12	R\$ 261,8200	R\$ 3.141,8400
64	FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL, CIRÚRGICO, SINTÉTICO E ESTÉRIL, INDICADO PARA USO EM TECIDOS INTERNOS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	32	R\$ 111,9366	R\$ 3.581,9712



PREFEITURA DE  
**BOITUVA**

CNPJ: 46.634.499/0001-90

Av. Tancredo Neves, 001  
Centro - Boituva  
[www.boituva.sp.gov.br](http://www.boituva.sp.gov.br)  
[boituva@boituva.sp.gov.br](mailto:boituva@boituva.sp.gov.br)  
Tel: (15) 3363-8800

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	VL. UNI	VALOR TOTAL
65	PINÇA ANATÔMICA DIETRICH (PONTA RETA) DE 16 CM PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	32	R\$ 102,2766	R\$ 3.272,8512
66	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA, COMPRIMENTO MÉDIO (30G) 0,3 X 25 MM. – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	52	R\$ 32,7533	R\$ 1.703,1716
67	ORCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 17. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 83,3333	R\$ 1.666,6660
68	FORCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 65. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 84,3133	R\$ 1.686,2660
69	ORCEPS ODONTOLÓGICO ADULTO EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 151. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 82,2966	R\$ 1.645,9320
70	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 02 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 57,3300	R\$ 1.146,6000
71	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 101 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 62,8966	R\$ 1.257,9320
72	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 151 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 56,0866	R\$ 1.121,7320
73	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 18 D – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 60,8433	R\$ 1.216,8660
74	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 18R – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 60,8133	R\$ 1.216,2660
75	FORCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL Nº 27 – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20	R\$ 72,4400	R\$ 1.448,8000
76	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR RIVA INDICADO PARA TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	80	R\$ 92,0500	R\$ 7.364,0000
77	ESCOVA ROBINSON PARA POLIMENTO COM HASTE PARA CONTRA- ÂNGULO (BAIXA ROTAÇÃO), EMBALAGEM COM 1 UNIDADE – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	200	R\$ 0,9666	R\$ 193,3200
<b>VALOR TOTAL PELOS PREÇOS MÉDIOS</b>				<b>R\$ 165.288,7818</b>



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 96E8-5933-CE3B-7899

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANA PAULA SAMPAIO MOURA (CPF 118.XXX.XXX-96) em 09/12/2024 15:44:23 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 09/12/2024 às 15:44 e assinada digitalmente pela para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://boituva.1doc.com.br/verificacao/96E8-5933-CE3B-7899>